

O desafio à globalização vai além da economia

Gustavo H. B. Franco

Não é muito o que já pode ser dito sobre os efeitos econômicos dos atentados de 11 de setembro, não apenas em razão da singularidade dos episódios, mas também, e principalmente, pela imprevisibilidade de seus desdobramentos. No plano estritamente econômico, a sequência tem início nas companhias de seguros, passa pelo turismo, pelas empresas de transporte aéreo, de construção de aeronaves, e daí se espalha e se alimenta das consequências das iniciativas militares norte-americanas, e respectivas represálias. Torna-se perigosamente crescente a complexidade nos relacionamentos com o mundo islâmico, o que acha expressão no preço do petróleo, sempre uma dor de cabeça para a economia global em momentos de tensão no Oriente Médio.

Mais imprevisível que tudo isso, todavia, é o fato de que as possibilidades ensejadas pelas chamadas “armas de destruição em massa”, disponíveis, sabe-se lá como, para grupos de fanáticos, permitem que se conceba novas e apavorantes formas de “guerra”, não mais entre estados nacionais, mas envolvendo países contra grupelhos, cartéis e quadrilhas, estas usando como principal recurso a capacidade de atacar populações civis indefesas com bactérias, gases ou drogas. São “guerras” com lógica de sequestro, onde somos todos reféns, e no âmbito da qual a Segurança Nacional das potências militares hegemônicas subitamente se vê fragilizada, pois seus espetaculares arsenais parecem obsoletos e seu poderio diplomático igualmente inútil. O inimigo está fora de alcance, nos subterrâneos, em cavernas na Ásia Central, nas selvas da Colômbia, ou na casa ao lado, disfarçado como uma pessoa comum, e sem limitações para o uso de armamento químico, biológico e nuclear, em alvos sem nenhuma lógica.

Diante disso, mesmo os mais frios e calculistas dentre os economistas não podem deixar de reconhecer a espantosa dimensão da Caixa de Pandora aberta em 11 de setembro. E pior: os efeitos econômicos já visíveis de todo esse complexo de fatores vão bem além dos impactos diretos, pois sacodem o imaginário, as bases subjetivas do capitalismo e da globalização. A maior economia do planeta se vê tomada por uma onda de insegurança, medo e desânimo, e também de chauvinismo, isolacionismo e ódio, ou seja, exatamente o pretendido pelos terroristas. A tradução desses sentimentos em termos econômicos não está descrita em nenhuma

teoria conhecida: são fenômenos que o idioma economês apenas consegue empacotar numa expressão antiga, onde tudo é permitido, “deterioração da confiança”.

Para o alívio dos analistas econômicos existem, em vários países, estatísticas conhecidas como “índices de confiança” do consumidor, do produtor ou de gerentes de compras, que medem a disposição desses senhores em assumirem compromissos futuros, ou seja, mede-se a intenção de comprar. Graças a esses números a onda de insegurança econômica ganhou um termômetro, e com isso, certa concretude, ou ao menos certa manuseabilidade pelos analistas. Fica parecendo até que não é um problema no domínio da psicologia de massas, e que foi apenas mais uma estatística econômica ruim, aliás péssima, mas como dezenas de outras, publicadas o tempo inteiro, sempre surpreendendo os mercados para baixo ou para cima em doses geralmente semelhantes.

As leituras pós atentado das estatísticas medindo “confiança” vieram realmente horrorosas como em recessões passadas. Com efeito, como já se conhece a relação histórica entre estes indicadores ditos “antecedentes” e o PIB, já é possível aplicar as fórmulas econométricas e chegar-se a uma previsão para o crescimento sujeita, evidentemente, a chuvas e trovoadas. Assim sendo, o PIB mundial, que vinha crescendo forte, 3,8% em 2000, puxado pelos EUA (4,1%) e pela Ásia Emergente (7,2%), deve fechar 2001 com crescimento de 1,1% mas para 2002, os oráculos estão revendo suas previsões para baixo a cada semana, a mais recente chegando a 0,2%. O ano de 2002, portanto, visto assim, à distância, e já consideradas as respostas convencionais à crise, deve ser pior que 2001 para a economia mundial, provavelmente cheio de sobressaltos, escorregando para algo descrito como uma recessão suave. Não há dúvida, todavia, que as previsões podem estar viesadas para pior em vista da “sensação de depressão” provocada pelos atentados, ou seja, ao que tudo indica teremos crescimento baixo mas combinado com os ventos gelados da “guerra” contra o terrorismo.

O que devem fazer os governos? Quando se pensa no papel do Estado numa conjuntura tão confusa e tão repleta de elementos estranhos aos manuais de economia, são necessários cuidados adicionais com os receituários conhecidos e com uma outra criatura perigosa, sempre presente em momentos de perplexidade, o “oportunismo ideológico”. O mundo vive problemas inéditos, que ninguém sabe como lidar, mas todas as correntes de pensamento

econômico se igualam em alegar que vinham avisando há tempos que as coisas iam mal e que se tais e tais providências não fossem tomadas, ou desfeitas, íamos todos enfrentar dificuldades. É o velho sofisma das “perdas internacionais”, ou seja, o axioma de que “alguma coisa sempre vai dar errado em algum momento”, de modo que ao oportunista apenas cabe profetizar, aguardar o desfecho e alegar que sua visão crítica do universo estava correta pois apontava naquela direção.

Todavia, é necessário deixar bem claro que o tumulto ora em andamento não fornece evidência do fracasso do Consenso de Washington, tampouco para o acerto das cosmologias e teorias conspiratórias antiglobalização que florescem em toda parte. Cá no Brasil isto é percebido no modo carrancudo porém benevolente como todos os candidatos de oposição, inclusive o governista, se referem à importância de se preservar políticas fiscais e monetárias responsáveis, e a eficiência na ação regulatória e compensatória do Estado. Não há Revolução alguma a ser feita, o pior que pode ocorrer é atrapalhação diante de uma conjuntura confusa.

Mas voltando à economia mundial, é certo que desde a crise da Ásia, estamos perdendo parâmetros, certezas e convenções numa extensão sem precedentes. A solidez do modelo econômico asiático, onde vários “milagres econômicos” ocorreram no pós guerra, as esperanças abertas com “A Queda do Muro” e o processo de reformas nos países que pertenceram ao Império Soviético, a exuberância da economia americana, as incríveis promessas da Nova Economia, o sistema bancário internacional e suas inacreditáveis fusões, o potencial das economias emergentes da América Latina, a integração europeia, a criação do Euro para equiparar-se ao dólar, a tão esperada recuperação do Japão, a grande locomotiva do Oriente, quem poderia imaginar que teríamos dificuldades **em cada uma dessas áreas** a partir da maxdesvalorização da Tailândia em 1997?

Jamais uma “reação em cadeia” se observou de forma tão avassaladora e rápida: uma borboleta no Oriente, uma crise no Brasil, como na famosa imagem da Teoria do Caos. Aqui como no resto do mundo, esses últimos anos pertenceram ao Agente Mulder, personagem central dos “Arquivos X”, na sua oitava temporada, personificação do crente em teorias conspiratórias, e também em alienígenas, paranormais, feiticeiros, mutantes todos bem conhecidos, e bem escondidos pelo sistema imunológico da Nação Americana. Quis o destino, todavia, como disse uma autoridade brasileira, que todos os fantasmas aparecessem ao mesmo tempo.

O fato é que, diante da sucessão ininterrupta de más notícias, e especialmente desde os primeiros grande tombos do NASDAQ, os bancos centrais mundo afora vêm diminuindo os juros. Mensalmente, os presidentes de BCs acionistas do Banco de Compensações Internacionais (BIS) se reúnem na Basileia para conversar. Até 1996 eram apenas as principais economias desenvolvidas, e daí em diante foram admitidos como “sócios” os principais países emergentes. Em consequência jamais houve tamanha coordenação entre BCs, não apenas na fixação dos juros mas também em atividades ligadas à supervisão e regulamentação bancária. De dezembro de 2000 até o começo de novembro de 2001, os juros mundiais (taxas para um dia, média ponderada pelos respectivos PIBs) caíram de 6,4% para 3,5%. Nos EUA a queda foi de 6,5% para 2,5%, na Eurolândia de 4,75% para 3,75% e no Japão de 0,26% para inacreditáveis 0,01%. Como os indicadores de atividade estão vindo piores e a inflação nunca foi tão baixa em toda parte, já se fala que as quedas serão ainda maiores. Neste período, afora Argentina e Turquia, países em crise aguda, os juros subiram apenas no Brasil, Indonésia e Tailândia, onde as taxas alcançaram, respectivamente, 19,0%, 17,6% e modestos 2,5%.

Por que os juros subiram no Brasil? Bem, a única boa razão vinda do exterior é a Argentina. De resto, ao deixar o câmbio desvalorizar-se de forma absolutamente exagerada e indevida, o próprio BC fechou os espaços para acompanhar o resto do mundo na espiral descendente de taxas de juros. Pena.

No plano fiscal, observa-se fenômeno semelhante, vale dizer, uma movimentação coordenada, com vistas a reanimar a economia, mediante maiores déficits, porém de forma bastante comedida. O indicador coletivo para países da OCDE sugere a passagem de um superávit de 0,4% do PIB em 2000 para um déficit de 1,3% em 2001 e de 2,4% em 2002. Para os EUA, o superávit cairia de 2,3% do PIB para 1,6% e para um pequeno déficit de -0,2% em 2002. Parte disso é provocada pela própria desaceleração econômica de modo que a efetiva mudança de “filosofia” da política fiscal é medida descontando-se estes efeitos. Desta maneira o crescimento do déficit de 2000 para 2002 seria de pouco mais de 1% do PIB para a OCDE e para os EUA. São números muito modestos para que neles se enxergue o início de uma nova era de keynesianismo. Exceto em países onde o pensamento marxista tem mais adeptos, e de tradição populista, o tratamento do assunto foi mais para o banal que para o sério.

É certo que, desde Keynes, os governos sabem que a política fiscal serve para reanimar economias em depressão, mas o tempo

mostrou que serve também para embriagar através da dívida pública e suas sequelas. Em países como o nosso, os atentados não estão ressuscitando apenas Keynes, mas também seu “clone” de esquerda, bem menos conhecido, Michael Kalecki, economista polonês que muitos dizem que antecipou todas as descobertas de Keynes, mas aventurou algumas outras que habitam o folclore da Teoria Econômica. Em um de seus textos mais famosos, Kalecki dizia que, depois de a economia capitalista ter descoberto como manter-se permanentemente no pleno emprego, não necessariamente os comandantes do sistema o fariam, pois era necessário manter certo desemprego a fim de “disciplinar” a classe operária. É o agente Mulder da esquerda, sem dúvida.

É enorme assanhamento heterodoxo com Keynes, Kalecki, o crescimento dos déficits nos países da OCDE e a ajuda governamental às companhias aéreas, por exemplo. Qualquer pretexto nos serve para justificar a gandaia do gasto público, da política industrial, dos gastos militares e do “tudo pelo social”. Um economista desses “alternativos”, por exemplo, observou que “eles” estão fazendo exatamente o que “nós” (do PT, PC do B, etc.) estamos preconizando faz tempo. O que é preciso atinar é que, partindo de superávits fiscais, “eles” podem tomar seu traguinho de política fiscal expansionista num momento de ventos frios e obter certo alívio, mas nós, ex-alcoólatras, não podemos porque não sabemos parar.

O que vai ser da economia? Não há dúvida que o episódio do ataque às Torres Gêmeas, tal como o desastre do Titanic em 1912, permite leituras moralistas sobre os custos do progresso, o excesso de velocidade, a destruição de Paraísos Perdidos e de identidades nacionais, bem como o estupro da Mãe Natureza mediante a destruição das florestas, de espécies em extinção e do Protocolo de Quioto.

Pode ser encontrada em vários lugares, à boca pequena, também a interpretação de que temos aí uma espécie de grito dos excluídos do processo de globalização, um aterrorizante aviso de que as crescentes tensões e desigualdades multiplicadas pela “ordem econômica internacional” terão consequências monstruosas nos atos de “radicais porém sinceros” como Osama bin Laden. A militância antiglobalização, constrangida, pareceu cancelar as violentas demonstrações planejadas para o encontro anual do FMI e do Banco Mundial em Washington, antes mesmo do próprio encontro ser cancelado. Por razões semelhantes o IRA depôs seu arsenal.

A “hipermilitância” provou o seu ponto: seus poderes podem ser gigantescos, as “ruas” não podem deixar de ser ouvidas, e a exclusão ou os conflitos distantes não podem mais ser ignorados num mundo onde a chave para o sucesso de qualquer causa é obter a atenção da mídia. Com efeito, esta como a do Golfo são guerras travadas também e principalmente no terreno do simbólico, de modo que a mídia será fundamental, desta vez não apenas para administrar o fluxo de informações sobre a guerra e satanizar os bandidos, mas também para repor o imaginário de uma sociedade multicultural democrática e cosmopolita no seu devido lugar. É inegável que o inimigo começa com uma enorme vantagem: as espetaculares imagens provocadas pela colisão dos aviões com as duas torres, produziu uma ferida narcísica nos americanos, mas também no processo de globalização, que vai demorar a cicatrizar. Aviões suicidas, cartas com Antraz, a varíola, a AIDS tem em comum os signos da globalização: o deslocamento de pessoas, o contato, o contágio, a circulação de informações. Não há dúvida que a globalização está diante de um enorme desafio, que vai bem além da economia. É claro que tudo isso pode se dissipar gradualmente se a economia mundial se recuperar em resposta às ferramentas convencionais. Afinal de contas, não aconteceu nada que abalasse os “fundamentos” da economia capitalista ocidental. Mas se a medicina convencional não funcionar vamos ter uma encenação inteiramente nova.